

A INVASÃO AUSTRALIANO-HOLANDESA DE TIMOR (1941)

3.ª Parte

Se a avaliação do potencial de combate empregue neste acto de violação de território neutral se revelaria incorrecta, o mesmo se pode dizer da estimativa feita pelo comando aliado no Oriente quanto à *iminência* do ataque japonês, o qual só se consumará dois meses mais tarde. De momento, as prioridades dos Japoneses são outras, tendo iniciado as acções ofensivas no Sudoeste Asiático pela Malásia (08/12), Filipinas (10/12), Bornéu britânico (15/12) e Birmânia (23/12). Só a 11 de Janeiro iniciam as acções contra as Índias Neerlandesas e a 16 contra a Birmânia. De 30 para 31 de Janeiro de 1942, tem início o cerco de Singapura. A 14 de Fevereiro, as forças japonesas iniciam a conquista de Sumatra, através de uma acção aerotransportada sobre Palembang, apoderando-se das jazidas de petróleo e das refinarias da Shell holandesa. No dia seguinte, 15 de Fevereiro, rendem-se as forças britânicas em Singapura. Terminado o plano de domínio dos territórios que garantem o acesso ao desejado petróleo – sem esquecer o estanho e a borracha da Malásia –, é, então, tempo de pensar em objectivos mais a sul.



Não se pode negar que o plano de acção nipónico segue uma lógica de prioridades absolutamente expectável. Nestas condições, uma acção contra Timor, apenas 10 dias depois de iniciada a guerra, seria uma probabilidade destituída de qualquer sentido estratégico. Assim não o entenderam Holandeses e Australianos, estes últimos de forma algo surpreendente, uma vez que o plano de defesa do Sudoeste Asiático, aprovado antes da guerra do Pacífico começar, lhes atribuíra como prioridade a defesa da Malásia e de Singapura. Por alguma razão deveria ser.

Ainda em 19 de Dezembro, o embaixador Campbell desloca-se ao ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo portador de um documento que consubstancia a resposta do governo de Londres às perguntas colocadas por Salazar. Campbell sabe que o chefe do governo português se apresta a fazer uma comunicação sobre Timor, na Assembleia Nacional, e teme que diga algo que possa afectar irremediavelmente as relações luso-britânicas. Por tal motivo, ao fazer entrega do documento a Teixeira de Sampaio, o embaixador britânico pede que o mesmo vá a conhecimento de Salazar o mais urgentemente possível.

O texto do documento, escrito com o tempo suficiente para dar lugar a uma recuperação da serenidade, destoa bastante do tom ríspido do encontro da véspera entre Sargent e Monteiro. No último parágrafo, em jeito de sumário, era referido:

O Governo de Sua Majestade está muito desgostoso por, sob a pressão das exigências estratégicas, ter sido compelido a uma acção contra a qual reconhece que o Governo Português tem estrita justificação para protestar. [O Governo de Sua Majestade] Lamenta especialmente ter

causado esta desfeita ao governo do seu velho aliado, cuja política no presente conflito tem sido um facto que mereceu da sua parte aprovação e admiração. Em contrapartida, está confiante que o Governo Português reconheça a urgente necessidade militar de uma acção que era necessária para defender o interesse vital das nações Aliadas na guerra que o Japão lhes impôs.¹

Apesar dos termos cordatos do documento, Salazar não recua na posição que toma perante a Assembleia Nacional, na tarde desse dia 19. Depois de fazer uma resenha minuciosa dos acontecimentos, sublinha que perante a intimação feita pelos oficiais australiano e holandês, na manhã de 17, «o governador, dentro das instruções recebidas, recusou-se a autorizar o desembarque, ao qual, aliás, se não podiam opor **as modestas forças locais**», passagem que é sublinhada por “muitas palmas” dos deputados presentes. Seguidamente, o chefe do governo frisa que o processo não está findo, mas que deverá sê-lo, do que o país será oportunamente informado. Antecipa, pela primeira vez, que «continua o estudo que estava fazendo e a preparação dos reforços da guarnição de Timor» e conclui:

O governo tem a consciência de haver-se conduzido com lealdade, com seriedade, com zelo até pelos interesses alheios, com a noção exacta dos deveres da aliança e dos direitos soberanos da nação. Ele julga-se com direito a ser tratado pela forma como trata todos os assuntos e designadamente as suas negociações com o governo britânico. O que **a nós, pequenos e fracos**, não é permitido, não o é igualmente aos governos que dirigem os grandes impérios – não lhes é permitido perder a calma necessária para distinguir os serviços dos agravos. E pela confiança na própria valentia dos seus soldados não-de igualmente não confundir a diligência e a precipitação: a primeira aconselharia porventura a negociar, com respeito pelo direito alheio; a segunda levou a invadir o território de um neutro, de um amigo, de um aliado.²

Depois de muitos e vibrantes aplausos, dois deputados condenam a atitude britânica, e, por proposta do presidente da Assembleia, a câmara aprova, por unanimidade, uma moção em que apoia a política do governo, repudia o atentado cometido contra Timor e manifesta confiança em que o conflito seja resolvido com “honra e dignidade”.³

A argumentação de Salazar na censura do comportamento britânico é arguta e moralmente certa. Até na avaliação da falta de serenidade demonstrada pela componente militar denota uma lúcida apreciação. Em contrapartida, quem se recorda ou estuda o pensamento do regime do Estado Novo em matéria colonial, terá dificuldade em compreender como é que a existência de um IMPÉRIO COLONIAL se compaginava com o “nós pequenos e fracos” e esta expressão com o mapa que pendia nas paredes das escolas, lembrando que “Portugal não é um país pequeno”...

De anotar, igualmente, que nenhum dos deputados levanta a questão de culpas próprias decorrentes da inexistência de um dispositivo militar digno desse nome na colónia de Timor, como se esse pormenor mais não fizesse do que atestar a boa-fé e o espírito pacífico dos Portugueses.

Entretanto, na noite de 20 para 21 de Dezembro, em resposta ao telegrama do governador de Timor que relatava o desembarque das tropas holandesas e australianas, chega a Díli o seguinte telegrama proveniente do Subsecretário das Colónias:

É possível tenha havido equívoco nas comunicações transmitidas às suas forças por Governos interessados que suporiam obter acordo Governo Português mas este não concordou em aceitar auxílio em caso simples ameaça ou perigo apreciados pelas autoridades locais aos seus Governos mas só auxílio que pedíssemos ou necessitássemos em face agressão japonesa. Posição Governo continua a ser constante instruções V. Ex.^a. Tratamos actualmente esclarecer factos com Governos

¹ MOTTA, C. Teixeira da, *O caso de Timor na II Guerra Mundial*, p. 56.

² *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* n.º 112 de 19-12-1941, p. 84. Sublinhado nosso.

³ *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* n.º 112 de 19-12-1941, pp. 85-86. É bastante significativo constatar que este discurso de Salazar, proferido em 19 de Dezembro de 1941 perante a Assembleia Nacional, não consta do III.º volume de *Discursos e Notas Políticas* de Salazar, referente ao período 1938-1943. Igualmente curioso é constatar que, nesse volume, se dá um “salto” de um discurso de 01-05-1941 (p. 303) para outro de 07-02-1942 (p. 309). E, ainda, que até ao fim desse mesmo volume, não há qualquer discurso de Salazar sobre a questão de Timor.

Inglês Holandês e procurar melhor forma resolver situação criada. Até lá deve V. Ex.^a manter atitude que tomou e Governo aprova inteiramente continuando administração colónia termos normais enquanto lho permitirem. Deve no entanto tratar com correcção oficiais e forças desembarcadas sem que relações sejam tais possam dar a entender conformidade ou acordo secreto para sua vinda e permanência. Aceita-se a boa-fé oficiais situação seus Governos não é porém tão clara. Governo trabalha reforço guarnição ilha como maneira mais fácil de manter calma possível na região e seio nossos vizinhos.⁴

Fica, deste modo, restabelecido o entendimento entre o governo central e o da colónia e dá-se ao governador Ferreira de Carvalho a primeira indicação de que está a preparar-se o reforço militar de Timor.

No dia 21, Salazar telegrafa para Londres instruções para o embaixador Armindo Monteiro. Informa-o de que vai entregar a Campbell dois memorandos, dos quais envia cópias, para que o diplomata português os entregue no *Foreign Office*. Além disso, recomenda o seguinte:

Memorando dá V. Ex.^a ideia posição tomada por Governo e medidas em curso para permitir a Governos inglês e holandês solução caso. Se tropas desembarcadas não são retiradas imediatamente subsistirá dificuldade grave, que será necessário remover, da presença simultânea umas e outras forças que tem de ser evitada. Tenho esperança nossos reforços e navios de guerra cheguem à volta de 25 de Janeiro mas Governo inglês será avisado com a devida antecipação data exacta.⁵

Salazar prepara-se, então, para aumentar a despesa militar. Ferido no seu orgulho, está consumado o “susto” que impõe que se relegue para segundo plano a questão do défice orçamental. Assim, em 22 de Dezembro, Teixeira de Sampaio convoca o embaixador britânico e entrega a Campbell uma nota com «o mais enérgico protesto contra o acto praticado em violação injustificável do território português» e com o pedido de retirada das tropas desembarcadas, que o governo português se propõe substituir por tropas suas, com o dobro dos efectivos.⁶

Na mesma data, é entregue ao Encarregado de Negócios holandês um outro memorando em que, dada a não-existência de aliança entre os dois países, a posição portuguesa é manifestada de forma mais radical. O registo disponível desse memorando está contido numa informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros para a embaixada portuguesa em Londres, na qual é referido o seguinte:

Memorando vai ser também entregue Encarregado de Negócios dos Países Baixos [...] mas afirma não poder discutir saída forças dependentes chegada reforços nossos como Holanda propôs e por isso reclama saída imediata. E termina: Governo Português sente ter de acrescentar que presença tropas holandesas no Timor português, partidas da parte holandesa da ilha, se lhe afigura moralmente incompatível com manutenção correctas e sempre tão amigáveis relações diplomáticas entre governos Portugal e Países Baixos.⁷

Esta diferença de atitude do governo de Lisboa face a Britânicos e Holandeses dá origem a enormes temores por parte de Campbell, o qual vislumbra nessa diversidade de posições uma manobra portuguesa para afastar Holandeses de Britânicos.

Procurando salvaguardar a sua posição perante o Japão, o governo de Lisboa comunica ao de Tóquio que a invasão de Timor fora um puro acto de força, praticado sem assentimento do governo ou das autoridades locais e recebe como resposta que o almirantado nipónico se verá obrigado a destruir as tropas desembarcadas se as mesmas não se retirarem.

Conforme foi referido, para além das convulsões de natureza política que o desembarque das tropas holandesas e australianas provocara, parecia evidente que essas forças eram manifestamente insuficientes para repelir uma tentativa de desembarque (anfíbio ou aerotransportado) das forças do

⁴ CARVALHO, Manuel A. F., *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-1945)*, p. 117.

⁵ MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, p. 64.

⁶ NOGUEIRA, Franco, *Salazar*, Vol. III, p. 367.

⁷ MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, p. 64.

Japão. Sobretudo porque havia exemplos muito recentes da força e do ímpeto de operações levadas a cabo, com estrondoso sucesso, pelas tropas nipónicas.

Pela cabeça dos responsáveis britânicos passou o pressentimento de que toda a situação poderia piorar significativamente se, depois de um passo tão grave, supostamente justificado pela insuficiência da guarnição militar portuguesa em Timor, os desenvolvimentos futuros viessem a demonstrar que os meios aliados lá colocados também não cumpriam os requisitos mínimos para o cumprimento da missão.

Assim, ainda a 22 de Dezembro, o Subsecretário Sargent, numa conversa com o Ministro da Holanda em Londres, faz-lhe um alerta de que deixou o seguinte registo:

Aproveitei a oportunidade da visita que hoje me fez o Ministro da Holanda para lhe salientar que, tendo ocupado o Timor holandês e português para os proteger dos Japoneses, era fundamental que as forças aliadas fossem suficientes para repelir um ataque japonês. Fariamos uma figura de patetas se, depois de tudo o que dissemos, os Japoneses conseguissem tirar-nos a ilha. Poderá levantar a questão junto do seu governo, enquanto nós fazemos o mesmo junto do governo australiano? O Sr. Michiels manifestou o seu acordo e que trataria do assunto.⁸

Esta preocupação de Sargent constitui um dos momentos mais curiosos de todo o processo de Timor. Um membro do executivo britânico, à distância de muitos milhares de quilómetros, consegue ver o que toda a estrutura militar local, desde o general Wavell até aos responsáveis holandeses e australianos, parecem não enxergar: que as tropas aliadas que guarnecem a ilha são ridiculamente insuficientes – em quantidade e qualidade – para fazer frente ao um exército poderoso, num momento em que as forças armadas do Japão conseguem, naquela área, uma clara superioridade aérea e naval.

No dia seguinte, 23, os mesmos temores de fiasco militar em Timor são endereçados por escrito pelo *Foreign Office* ao *War Office*. Entre outras considerações, chama-se a atenção para as consequências diplomáticas de um falhanço estratégico em Timor:

Compreendemos que os Chefes de Estado-Maior atribuem uma considerável importância estratégica à conservação de Timor. Além disso, se por qualquer razão as nossas forças viessem a revelar-se inadequadas para manter as suas posições na colónia, o efeito nas nossas relações com Portugal seria calamitoso.⁹

Esta preocupação com o futuro das relações do Reino Unido com Portugal vai aumentar, embora por motivos não especificamente estratégicos, quando o governo português, em 24 de Dezembro, apresenta a Campbell as primeiras queixas acerca do comportamento das tropas ocupantes, especialmente das holandesas, quase totalmente constituídas por soldados javaneses. Manifestando algum desconforto, o *Central Department* manifesta-se nos seguintes termos:

É caso para nos interrogarmos sobre se salientámos suficientemente a gravidade do... junto de Holandeses e Australianos. Não chega enviar apenas mensagens aos Holandeses, os quais, até agora, não prestaram a mais pequena atenção à nossa argumentação nesta matéria. E o *Dominions Office* também não tem de todo ajudado. Estamos seguros de que as instruções para os comandantes locais têm sido emitidas em termos suficientemente enfáticos? Ter-nos-emos assegurado de que os Holandeses nos consultarão adequadamente no que respeita às suas actividades no Timor português?¹⁰

Em 25 de Dezembro, o governador Ferreira de Carvalho recebe um telegrama do Ministério das Colónias, no qual é informado de que o destacamento de tropas que está a ser preparado em Moçambique para seguir para Timor é composto por uma companhia indígena de caçadores, uma

⁸ *Ibidem*, p. 68.

⁹ *Ibidem*, p. 70.

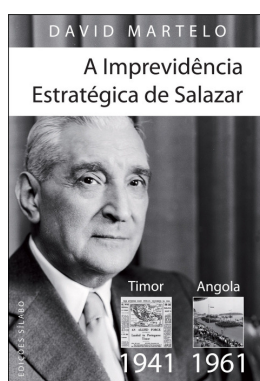
¹⁰ *Ibidem*, p. 75. Frase incompleta, tal como consta na obra citada.

companhia de engenhos e uma bateria de artilharia de montanha. Trata-se de uma solução bastante económica, que não sobrecarrega grandemente o orçamento, mas que não pode impressionar fortemente as autoridades australianas e holandesas. Depois, sem cobertura aérea e naval, estariam condenadas, perante um ataque em forma, a uma resistência simbólica, ou nem isso.

Em 26, o próprio embaixador português em Londres parece não ter ilusões quanto à viabilidade da substituição das forças ocupantes pelas tropas portuguesas a enviar para a colónia e telegrafa para Lisboa sublinhando que «insistir resolver incidente em fórmula retirada tropas ocupantes, envio tropas portuguesas é tentar empresa neste momento impossível» e apela a Salazar para não fazer nada que leve a uma crise grave com o Reino Unido, porque uma tal situação deixaria outras partes do território português à mercê dos Aliados.¹¹

David Martelo – 2015

Leitura complementar



¹¹ *Ibidem*, pp. 76-77.